

## **O ENSINO RELIGIOSO NOS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA DESCORTINADO ATRAVÉS DAS PRÁTICAS DAS EXCURSÕES E AUDITÓRIOS (1945-1960)**

Lígia de Souza Junqueira \*

**Resumo:** O objetivo do presente estudo centra-se na análise da influência do ensino religioso, principalmente o católico, nas práticas educacionais dos primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora – José Rangel e Delfim Moreira, bem como na investigação de como a Igreja utilizava a educação para difundir seu ideário. Para tanto esta pesquisa vem recorrendo ao acervo dos Grupos Escolares, que contem documentos e registros das atividades educacionais realizadas nos mesmos no período de 1945 a 1960. Procura-se, assim, compreender o fenômeno educativo através de tais práticas, tanto em uma dimensão mais restrita, entendendo-as como produtoras de sentidos e identidades, como em uma dimensão mais macro, pela qual se procura evidenciar o processo de inserção e legitimação do ideário católico na escola pública.

**Palavras-chave:** ensino religioso, Grupos Escolares, práticas educativas.

**Abstract:** The objective of this study focuses on the analysis of the influence of religious education especially the Catholic the educational practices of the first school group of Juiz de Fora - Rangel and José Delfim Moreira, as well as research on how the Church used education to disseminate their ideas. Thus this research is using the achievements of school groups which contains documents and records of school activities conducted in the same period in 1945 to 1960. Demand, therefore, understand the phenomenon through educational practices both in a more limited scale, considering them as a producer of meanings and identities as in a more macro scale which is seeking evidence and the process of legitimation of ideas in Catholic schools.

**Keywords:** religious education, school groups, educational practices.

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João Del Rei e apresenta como objetivo analisar a influência do ensino religioso, sobretudo o católico, nas práticas educacionais dos primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora, investigar como a Igreja utilizava a educação para difundir seu ideário, quais as estratégias utilizadas por ela, bem como quais foram as conseqüências dessas ações no cenário educacional juizdeforano.

Para tanto esta pesquisa vem recorrendo ao acervo dos Grupos Escolares de Juiz de Fora, que contem documentos e registros das atividades escolares realizadas nos mesmos, além de apoiar-se nos textos legais da Reforma – decreto n° 7970-A, sobre o Regulamento de

---

\* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João Del-Rei.

Ensino Primário e o decreto nº 8094, sobre os Programas do Ensino Primário – ambos de 1927, e na vasta literatura pertinente ao tema.

Pretende-se compreender ainda tais práticas escolares como processos político-culturais, tanto produtoras de sentidos e identidades quanto espaços de sustentação de um projeto cultural mais amplo, ou seja, como práticas de legitimação do ideário católico na escola pública. As análises desenvolvem-se em torno das estratégias utilizadas pela Igreja para a difusão de sua ideologia, estabelecidas principalmente nas práticas escolares das excursões e dos auditórios nos referidos grupos.

Quanto ao recorte temporal adotado neste estudo, 1945 a 1960, cabe registrar as limitações impostas pelas fontes encontradas no acervo consultado, diante das quais deparou-se com uma imensa lacuna não sendo possível localizar outros registros de excursões e auditórios anteriores ao ano de 1945 e posteriores à 1960, fato que direcionou a periodização deste estudo. Sabe-se, porém, através de outras fontes desse acervo<sup>1</sup>, que há indícios claros de ocorrências freqüentes destes eventos nas escolas estudadas. Além disso, o período recortado revela-se rico pelo acirramento da luta católica frente à ameaça do Comunismo e contra a ascensão de práticas religiosas “ameaçadoras” a seu ideário. Dessa maneira a Igreja Católica com o objetivo de assegurar uma unidade ideológica no interior de um sistema social, impõe suas crenças e valores visando impedir a ascensão das contradições de sua ideologia.

A historiografia da educação nos revela que após a instauração da República no Brasil, ocorrida no ano de 1889, rompe-se o regime do Padroado consolidando um Estado leigo a partir da separação entre a Igreja Católica e o Estado.

Esse novo contexto nacional despertou no seio da Igreja grande desgosto, principalmente nos eclesiásticos mineiros, os quais por inúmeras vezes escreveram documentos contrários à separação Estado-Igreja instalada no país, alegando “ser o catolicismo a religião tradicional do Brasil, bem como de ser também a religião da maioria dos brasileiros” (AZZI, 1986:36).

Pode-se apontar que além do Estado adquirir caráter laico após a Proclamação da República, o sistema de ensino nacional tornou-se descentralizado, passando a ser responsabilidade dos estados federados a organização de seus sistemas de educação. Acreditava-se que através da propagação da educação elementar ocorreria a consolidação do novo regime político então vigente no país, além de possibilitar o alcance do tão almejado progresso nacional.

---

<sup>1</sup> Ver Livro de Atas de Reuniões de Leitura dos Grupos Centrais, no período de 1931 à 1937.

No ano de 1902, foi apresentado no estado de Minas Gerais um conjunto de diretrizes que norteariam o novo sistema educacional popular, com uma concepção mais abrangente de educação, a qual abarcaria a formação física, moral e intelectual do indivíduo.<sup>2</sup> Essas mudanças no cenário educacional, bem como a Reforma do Ensino Primário e Normal<sup>3</sup>, propiciaram a criação dos Grupos Escolares. Reforma esta implementada no governo de João Pinheiro, político o qual acreditava firmemente que somente através de uma educação voltada para o trabalho seria dissolvido o atraso de nosso país.

A laicidade do ensino público, mantida até a Constituição de 1934<sup>4</sup>, contrária ao ideal católico, acabou por imprimir uma nova reestruturação e organização institucional dentro da Igreja, que fundou em nosso território, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, um número significativo de instituições de ensino.

Percebe-se que essa nova política, com caráter expansionista da Igreja, buscava reconquistar os espaços ameaçados com a ruptura com o Estado e garantir sua presença nas classes populares. Havia ainda a necessidade de combater outros movimentos ideológicos que adquiriam espaço na sociedade brasileira<sup>5</sup>, sobretudo o comunismo, o qual era concebido pela Igreja como uma ameaça, uma vez que seus projetos de sociedade iam de encontro aos valores e preceitos pregados pela instituição católica, desmoralizando os costumes religiosos. Portanto, a Igreja não se limitava somente à questão religiosa, mas atuava também nos meios político, educacional e cultural.

Além disso, pode-se perceber ainda que a Igreja renegava a modernidade imposta pelo novo contexto mundial, como também combatia frontalmente a laicidade do ensino, reforçado pela influência da concepção liberal no período da Primeira República. Visando revertesse quadro, bem como se fortalecer no âmbito político-social, a instituição católica lançou mão de diversos recursos para propagar sua doutrina, como por exemplo, a Carta Pastoral de 1916, elaborada por Dom Leme<sup>6</sup> que combatia de forma veemente o ensino laico nas instituições escolares do país, procurando reforçar a necessidade do catecismo, inclusive no espaço escolar<sup>7</sup>.

Para o intelectual católico a crise moral que pairava no território brasileiro era conseqüência da laicidade instaurada no regime republicano, bem como “da pouca influência

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA, Estevam. Reforma de Ensino Público Primário e Normal em Minas

<sup>3</sup> Dez. 1906

<sup>4</sup> CARVALHO, 2006.

<sup>5</sup> Dentre estes movimentos destacam-se nos primeiros anos da República, a Maçonaria, Espiritismo e Protestantismo. E posteriormente, na década de 1920 o Comunismo. (AMARAL, 2006)

<sup>6</sup> Líder da restauração católica e arcebispo de Recife e Olinda.

<sup>7</sup> PASSOS apud FLECHA, 2006

dos princípios católicos na vida social e política do país”<sup>8</sup>, fazia-se necessário, portanto, que a Igreja se fizesse mais ativa e presente na sociedade.

Cabe explicar ainda que outra postura adotada por D. Leme, foi a de conclamar os católicos a se mobilizarem no sentido de reivindicarem o ensino religioso nas escolas oficiais do país como um direito, reafirmando a idéia da maioria dos intelectuais católicos de que a religião seria como “uma força moral indispensável na formação e na vida do indivíduo” (MARTINS, 2006).

Nas primeiras décadas da república, no que dizia respeito à “educação cristã”, a Igreja propunha uma série de diretrizes, que deveriam ser seguidas por seus fiéis<sup>9</sup>. No que tangia à educação escolar, a Igreja era categoricamente contrária ao ensino ministrado em escolas de ensino laico ou sob orientação de outras religiões.

*Isso justifica um forte posicionamento contrário à co-educação e o empenho da Igreja, que se observa desde os últimos anos do século XIX, em estimular em todas as paróquias a criação de escolas sob a orientação ou direção dos sacerdotes católicos. E justifica, também, a sua campanha para introduzir e monopolizar o ensino religioso nas escolas públicas. (AMARAL, 2006: 2301)*

Além da formulação e propagação de documentos contrários à laicidade do ensino, a Igreja utilizou de outros artifícios para alcançar seus objetivos, como por exemplo, os Congressos Católicos, os quais quase sempre abordavam o assunto do ensino religiosos nas escolas públicas nacionais:

*Queremos banido do ensino oficial o ateísmo, e que não se proíba em nossas escolas proferir-se o nome santo de Deus, que todas as nações cultas veneram e invocam em seus momentos mais solene; que se faculte nelas o ensino católico aos alunos, quando esta for a crença de seu país. (PRIMEIRO CONGRESSO CATÓLICO, p. 271). (FLECHA, 2006)*

Outro recurso utilizado pela Igreja Católica foi apelar para os pais a responsabilidade de educar seus filhos segundo os mandamentos de sua doutrina. “Na cerimônia de entronização da imagem de Cristo [...] foi proferida palestra do Pe. Dr. Salgado [...]:

*Sendo a criação parte dos pais, por natureza não póde, fóra da vida domestica, receber ensinamentos contrarios aos sentimentos paternos, sendo, portanto, a escola obrigada, por justiça e pelo respeito à consciencia alheia e à liberdade apregoada nas nossas instituições, a não dar outra educação senão a catholica, que é a do povo brasileiro na sua totalidade.(MARTINS, 2006:701)*

---

<sup>8</sup> Baía Horta, 1994.

<sup>9</sup> Ir à missa, guardar dias santos e domingos, dentre outros.

Na década de 1930, ocorreu a reaproximação da Igreja Católica com o Estado, através do governo Vargas, sustentando junto a educadores e intelectuais da época um debate sobre a validade do ensino religioso nas escolas. Esse tema norteou a maioria das discussões no campo político-intelectual, reafirmando, em certa forma, a força social e a organicidade da Igreja Católica. Foi assim, que Francisco Campos<sup>10</sup> - Ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública - reintroduziu o “Ensino religioso”, em caráter facultativo, nas escolas públicas oficiais, através do Decreto nº 19.941 de 30/04/1931.<sup>11</sup>

Deste modo, o ensino popular passou a ser considerado pelos católicos uma forma poderosa e eficaz de difundir sua ideologia, uma vez que o aluno propagaria no seio familiar, bem como na sociedade estes valores da Igreja. Promovendo uma educação que constitui-se em um povo “dócil e ordeiro, fiel a Deus e a pátria, sua família primeira”. (VAZ, 2006:4508)<sup>12</sup>.

Em Juiz de Fora percebe-se que o ensino religioso católico estava presente no interior dos Grupos Escolares, através de relatos e atas escritos sobre as práticas realizadas em tais instituições. Como por exemplo, a excursão<sup>13</sup> realizada no dia 30 de março de 1953, pela classe de 4ª série, da professora Carmem Vidal Ferreira:

*[...] Motivação: estudos em classe relativos à Santa Missa e suas partes principais. [...] Às 7:45 horas, já nos achavamos na igreja, para assistir à missa das 8 horas, celebrada diariamente pelo cônego José Maria de Assunção. Os alunos assistiram-na com muito respeito. Terminada esta cerimônia religiosa, que é o Sacrifício do Corpo e do Sangue de Jesus Cristo, perguntei a todos se compreenderam bem as partes principais da missa, tendo obtido respostas satisfatórias. Antes da entrada na igreja, falei sobre: o valor da oração, de sua freqüência e qual a melhor das orações; dever do cristão em auxiliar às obras da paróquia; todo respeito na casa de Deus e apresentar-se nas igrejas decentemente vestidos. Procurei da melhor forma possível dar aos alunos estes conhecimentos, tão necessários à salvação da alma, falando, em seguida, que a religião é um grande auxiliar da moral. [...] Juiz de Fora, 30 de Março de 1953. Carmem Vidal Ferreira. (Livro de Registros de Excursões do Grupo Escolar José Rangel de 1948 a 1958, 23 de junho de 1949, p.p 4-5).*

Nota-se no recorte acima que a educação religiosa e os conteúdos abrangidos por ela eram trabalhados em sala de aula no horário regular, o que denota a valorização deste ensino no currículo do Grupo.

Vê-se, portanto, que estas práticas traziam em seu discurso o objetivo de “construir sua identidade e reconduzir a sociedade brasileira para dentro do espírito católico, com isso

---

<sup>10</sup> Cabe lembrar aqui que já em 1928, com o Dec. nº. 1.092/28, permitiu em MG, através de acordos tácitos entre a Igreja e o Estado, o ensino religioso no horário regular nas escolas públicas.

<sup>11</sup> Ver Renata Dumont Flecha (2006).

<sup>12</sup> Ver também Mauro Passos (2002).

<sup>13</sup> Livro de Registros de Excursões do Grupo Escolar José Rangel de 1948 a 1958, 23 de junho de 1949, p.p 4-5.

continuar produzindo através da identidade religiosa regulada, um cidadão católico” (PASSOS, 2002:184).

É válido destacar ainda, que nos primeiros Grupos Escolares da cidade de Juiz de Fora as excursões não eram um único meio para a propagação da doutrina cristã, eram realizadas outras atividades com esse fim, tais como determinados auditórios<sup>14</sup>, que abarcavam a questão religiosa, e buscavam através de eventos socializantes e integradores, legitimar a cultura católica, no intuito de formar o cidadão cristão. Cita-se como exemplo, os auditórios destinados à comemoração do Dia do Sacerdote, onde os integrantes do grupo escolar prestavam homenagem ao sacerdócio católico em Juiz de Fora. As cerimônias eram cercadas de grande solenidade, com a participação de representantes da Igreja local e eram publicadas na imprensa da cidade.

Procurando reaver e manter seu status no interior das políticas do Estado voltadas para a educação, conseqüentemente dentro da escola pública, a Igreja Católica utilizou de várias estratégias, algumas delas citadas anteriormente, não só em nível nacional como regional e local, como se observa em Juiz de Fora.

Nesse sentido é válido ressaltar ainda que o discurso presente no interior dos Grupos deixa transparecer um caráter doutrinário no sentido de estimular a função catequética nas aulas, sobretudo de ensino religioso, bem como querer inculcar nos educandos modos e maneiras de viver e de se comportar em sociedade, percebe-se que por trás de tais práticas há um projeto maior que ultrapassa os muros da escola atendendo não só a interesses educativos como a outros fins, neste sentido não é errôneo afirmar como diz CURY, 1984:3 que “os discursos estão sempre submetidos a pressões particulares da parte de interesses das classes sociais”. Com efeito é importante destacar que o discurso produzido no interior dos Grupos eram gerados pelas tensões sociais, políticas e econômicas da época, dando a escola um caráter decisivo na reprodução, propagação, legitimação ou confrontação de determinada cultura em detrimento de outra (s).

---

<sup>14</sup> Segundo a Legislação Estadual de 1927, em especial o decreto nº 7970, os auditórios eram estipulados como horas quinzenalmente destinadas a cantos e audições musicais, exposições e palestras, que reuniam integrantes do corpo administrativo, docente e discente e os familiares destes, quando convidados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Giana Lange do. **A cruzada da imprensa pelotense contra o laicismo educacional (décadas de 1920 a 1930)**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

AZZI, Riolando. **Igreja e Estado em Minas Gerais: crítica institucional**. Síntese, Rio de Janeiro, p. 23-52, 1986.

CARVALHO, Carlos Henrique de; NETO, Wenceslau Gonçalves. **Impasses e desafios da educação na primeira república: liberais e católicos no triângulo mineiro, MG, Brasil (1892-1926)**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA. **Ata de Registro das Excursões do Grupo Escolar José Rangel (1948-1958)**. Juiz de Fora (documento não publicado)

ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA. **Ata de Registro das Excursões do Grupo Escolar José Rangel (1958-1960)**. Juiz de Fora (documento não publicado)

ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA. **Ata de Reunião de Leitura do Grupo Escolar José Rangel (1956-1961)**. Juiz de Fora. (documento não publicado)

FLECHA, Renata Dumont. **As controvérsias sobre o ensino religioso nas primeiras décadas republicanas**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

FLECHA, Renata Dumont. **O ensino religioso dos jesuítas no Brasil na década de 30 e 40**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. **O ensino religioso nas escolas públicas de Juiz de Fora (1930-1956)**. In: Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006.

OLIVEIRA, Estevam. **Reforma de Ensino Público Primário e Normal em Minas: Relatório apresentado ao Secretário do Interior de Minas Gerais**. s/r, 1902

PASSOS, Mauro. **Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano (1889-1930)**. In: LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et all (orgs.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.